



ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO
SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – SESC EM MINAS GERAIS

Processo de referência nº 004005-01150.

Edital de Pregão Eletrônico nº 0262/2023

Data de Abertura 05 de março de 2024, às 9h.

Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br.

“O poder discricionário não atribui poder ilimitado ao gestor público, mas sim entrega maior responsabilidade a ele de utilizar esse poder de forma razoável, proporcional e legal.”

Modalidade: Pregão Eletrônico.

Critério de Julgamento: Menor Preço

GP EMISSÃO INSTANTÂNEA E GESTÃO DE DOCUMENTOS LTDA., estabelecida na Rua Gasparino Lunardi, 542 – A - Jardim das Flores – Osasco/SP – CEP 06110-260, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.385.089/0001-09, vem, respeitosamente, apresentar **IMPUGNAÇÃO** ao Edital de Licitação referente ao Pregão Eletrônico nº 0262/2023.

I – DA TEMPESTIVIDADE

A presente impugnação é tempestiva uma vez que o prazo para impugnação é de até 02 (dois) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

Considerando o prazo legal para apresentação de impugnação, são tempestivas as razões ora formuladas, sendo o *dies ad quem* 29 de fevereiro de 2024, razão pela qual deve ser conhecida e julgada procedente a presente impugnação.

II – DOS FATOS

A ora impugnante tem interesse em participar do presente processo licitatório que



tem por objeto a proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada em impressão corporativa (outsourcing de impressão), solução que engloba prestação de serviço de locação de impressoras, com fornecimento de suprimentos (exceto papel), sistema de gerenciamento de impressões, instalação, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos com substituição de peças, componentes e materiais, conforme especificações constantes nos seguintes Anexos, partes integrantes deste Edital e seus anexos.

A peticionária, ao verificar as condições para participação no certame, constatou que o edital prevê, no Anexo I ao VII, item 5 e seguintes, no que diz respeito ao fornecimento dos Equipamentos, o que segue:

5.1 Os equipamentos licitados são classificados nas seguintes categorias:

5.1 Os equipamentos licitados são classificados nas seguintes categorias: 5.1.1 Impressora TIPO I – Multifuncional Laser ou Led policromática A3, com recursos de impressão, cópia, digitalização e sensor de aproximação de crachá;

5.1.2 Impressora TIPO II – Multifuncional Laser ou Led monocromática A4, com recursos de impressão, cópia, digitalização, painel customizável para integração do equipamento e sensor de aproximação de crachá;

5.1.3 Impressora TIPO III – Impressora laser, LED policromática A4 com recursos de impressão e sensor de aproximação de crachá;

Em função do consumo e utilização prováveis, sem qualquer direcionamento à marca específica, ou cerceamento da competitividade do certame o que poderá, indubitavelmente, resultar na impossibilidade do regular andamento do procedimento licitatório, ocasionando a restrição da participação de inúmeros fabricantes interessados neste processo licitatório, conforme será demonstrado abaixo.



É notório que todo instrumento convocatório (Edital) deve definir o objeto do certame, ou seja, deve indicar qual o bem ou serviço a ser adquirido, de forma clara e precisa, de modo que permita imediata compreensão do âmbito da licitação. Isso porque, somente após a caracterização do objeto é que os potenciais licitantes poderão identificar se há interesse e condições de participarem do processo licitatório.

De acordo com nosso ordenamento jurídico, mesmo sendo claro e definido o objeto do certame licitatório, não pode restringir a participação dos competidores, sob pena de nulidade absoluta de todo o procedimento.

Destaca-se que na descrição do presente certame, o Douto Órgão da Administração descreveu o objeto único, ou seja, o que quer adquirir, restringindo a participação de outros licitantes que possuem grande interesse em participar com outros equipamentos (impressoras) que **ATENDEM À FINALIDADE DA LICITAÇÃO** (que é imprimir com rapidez e qualidade e em menor custo), sendo certo que o modelo e a capacidade de outras impressoras **NÃO INTERFEREM NA CARACATÉRISTICA E NO TRABALHO FINAL**, mas estão de fora para cotação e participação no certame, demonstrando flagrante quebra das normas e dos Princípios que regem as licitações públicas, o que não pode ser admitido.

Nos dias atuais, com avanço da tecnologia e suas inovações, há no mercado vários equipamentos com **MENOR CUSTO** e **BENEFÍCIO**, que poderão suprir **TODAS E QUAISQUER NECESSIDADES DE IMPRESSÃO** solicitadas neste instrumento convocatório, mas que não poderão concorrer, haja vista ausência de flexibilidade em quesito puramente numérico, conforme solicitado, ficando evidenciado que ao utilizar estas características que restringem a participação, deflagram o regramento trazido pela Conselho Nacional do Sesc de nº 1570/2023, seção I – Do Dialogo Competitivo, em artigo 10, em flagrante irregularidade procedimental!

A fim de tornar o processo licitatório mais isonômico e sem restrições de participação, requer-se **à Comissão Permanente de Licitação do Serviço Social do Comércio – Sesc em Minas Gerais**, ora **CONTRATANTE**, que reveja os itens apontados no presente recurso, para que promova as adequações requeridas, as quais não resultarão em prejuízos ou perda de desempenho dos equipamentos a serem contratados ou, em última hipótese,



seja encaminhado o presente recurso para o setor competente para que se proceda com a análise técnica necessária para constatação da inexistência de prejuízo na solicitação requerida.

Assim, com intuito de resguardar os princípios das licitações públicas, de forma íntegra, garantir a observância do princípio constitucional da isonomia entre todos os interessados a participar do certame licitatório, e garantir a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração e o Erário Público, afirmamos que o presente ato de impugnação tempestiva, do edital em epígrafe, ocasiona-se pelas razões fático-jurídicas a seguir:

III – DO OBJETO DA IMPUGNAÇÃO

O Edital em comento cita o Termo de Referência (Anexo I), no qual consta o ponto que precisa ser revisto, a fim de que sejam avaliadas algumas das exigências que restringem, em alguma medida, a participação dos licitantes, impossibilitando o andamento regular do certame e, ainda, podendo causar, inclusive, o afastamento e exclusão de diversos fabricantes pelo tratamento não isonômico entre os participantes.

Vale ressaltar que os equipamentos de dos itens descritos abaixo estão direcionados para um único fornecedor e fabricante considerando em ***“Locação dos Equipamentos e suas classificações”***:

Itens 5. 5.1 Os equipamentos licitados são classificados nas seguintes categorias: 5.1.1 Impressora TIPO I – Multifuncional Laser ou Led policromática A3, com recursos de impressão, cópia, digitalização e sensor de aproximação de crachá; 5.1.2 Impressora TIPO II – Multifuncional Laser ou Led monocromática A4, com recursos de impressão, cópia, digitalização, painel customizável para integração do equipamento e sensor de aproximação de crachá; 5.1.3 Impressora TIPO III – Impressora laser, LED policromática A4 com recursos de impressão e sensor de aproximação de crachá;

Portanto, absolutamente evidenciado o direcionamento aos modelos da Marca e Fabricante HP, ou seja:

Impressora TIPO I – Multifuncional Laser ou Led



policromática A3 - HP Color LaserJet Managed Flow E87740z

Impressora TIPO II – Multifuncional Laser ou Led monocromática A4 - HP LaserJet Managed FlowE52645c

Impressora TIPO III – Impressora laser, LED policromática A4 - HP Color LaserJet Enterprise série X55745dn.

Assim, deve ser observado o art. 10, do Conselho Nacional do Sesc de nº 1570/2023, seção I, pois há outros modelos que podem ser indicados e utilizados para precificações das participantes do certame, o que **não resultará em nenhum prejuízo** para o Contratante.

Podendo, inclusive, permitir a obtenção de uma proposta mais vantajosa.

a) DO CERCEAMENTO E DO SUFOCAMENTO DA COMPETIÇÃO EM RELAÇÃO ÀS ESPECIFICAÇÕES OBRIGATÓRIAS DOS EQUIPAMENTOS

Em relação às características técnicas dos equipamentos, encontramos exigências **EXCESSIVAS**, de cunho **RESTRITIVO**, obedecendo um critério **DETALHISTA**, e a **NÃO OBSERVÂNCIA** do Conselho Nacional do Sesc de nº 1570/2023, seção I, culminando no impedimento e a ampla participação de empresas capacitadas a oferecer equipamentos que atendam as reais necessidades do Órgão, não tendo pertinência tais restritivas características.

Neste caso identificou-se que, **MUITO ALÉM** da definição de especificações, estabeleceu-se critérios que limitam a prestação de serviço àqueles modelos, marcas e tecnologias, conforme os princípios no Art. 5º: Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável.

E aqui, cabem parênteses para evidenciar que há outros equipamentos que os colocaram não só em igualdade, mas também está evidenciado e demonstrado serem até superior em vários quesitos quando comparadas às antigas tecnologias apresentadas.

É importante observar que estamos nos referindo aos modernos equipamentos **CORPORATIVOS** e não dos conhecidos e antigos equipamentos domésticos, pois é muito comum confundir os equipamentos e a tecnologia. Tanto é assim que os referidos equipamentos corporativos com tecnologia **JATO DE TINTA** (IMPRESSÃO A FRIO) abrangem uma fatia cada vez maior deste mercado, passando a constar expressa e especificamente da citada Portaria SGD/MGI no 370, de 8 de março de 2023, norte de procedimentos da maioria dos órgãos governamentais do País.

b) DA RESTRIÇÃO A TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO A FRIO – INK JET

A Comissão Permanente de Licitação do Serviço Social do Comércio – Sesc em Minas Gerais, deixou de observar requisitos importantíssimos das portarias supracitadas, deixando de contemplar a **TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO A FRIO, INK JET OU JATO DE TINTA**, aqui chamada apenas de **TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO Laser e Led**, conforme traz em sua literatura elementos que foram abordados no documento visaram orientar as Equipes de Planejamento da Contratação, nos termos da IN SGD/ME nº 94, de 2022, em controles mais apurados por parte dos gestores de tecnologia da informação e comunicação (TIC) dos órgãos e entidades, de modo a minimizar os problemas encontrados em contratações de serviços de outsourcing de impressão.

O caderno de boas práticas na PORTARIA SGD/MGI nº 370, traz a seguinte literatura sobre **TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO A FRIO (INK JET)**, no item 9.

REQUISITOS TÉCNICOS DOS EQUIPAMENTOS

9.1. Recomenda-se a especificação de equipamentos de impressão policromática apenas para os casos em que seja necessária a utilização de cores em volume que justifique sua contratação, assim como a especificação de equipamentos de impressão de

papel em formato A3, em atendimento ao princípio da motivação dos atos administrativos, conforme disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, art. 2º, caput.

9.2. Embora recomende-se que as impressoras contemplem uma quantidade maior de usuários por equipamento, podem existir situações excepcionais que requeiram especificações de equipamentos de uso individual ou de conveniência. Entretanto, tais situações devem ser devidamente justificadas.

9.3. Devem ser especificadas no termo de referência apenas as funcionalidades básicas dos equipamentos que afetem diretamente o tipo de serviço prestado ou especificidades com relação ao ambiente onde os equipamentos serão instalados, como:

- a) Classificação do equipamento: impressora, multifuncional;*
- b) Tecnologia da impressão: tecnologia laser, LED, jato de tinta ou equivalente; (vide subitem 9.9);*
- ...*

9.9. Com os recentes avanços da tecnologia a jato de tinta, no mercado corporativo, os resultados das páginas impressas entre um equipamento laser, led ou jato de tinta (inkjet) são comparáveis e equivalentes.

9.10. De modo a ampliar a competitividade no setor de outsourcing de impressão, considera-se também que as impressoras a jato de tinta, voltadas ao mercado corporativo, podem ser utilizadas nas contratações de outsourcing de impressão (referência: Acórdão TCU nº 2.175/2021- Plenário).

9.11. Sendo assim, recomenda-se que no termo de referência, em contratações de outsourcing de impressão, seja utilizada a nomenclatura: “tecnologia laser, LED, jato de tinta ou equivalente”.

Ao analisar detalhadamente as especificações deste diploma, vimos que alguns itens acabam por macular o processo, ficando demonstrado a restrição da participação da tecnologia **INK JET**, sendo eminente e necessário a suspensão da publicação e reparo imediato das especificações restritivas, que poderão ser demonstradas no detalhe por este querelante e pelos fabricantes da tecnologia supracitada, itens como velocidade de digitalização, capacidade de bandejas, soluções embarcadas ou nativas, dentre outras.

Assim, cabe a esta Comissão Licitatória decidir sobre os detalhes das especificações, se são imutáveis ou se ajustes podem ser feitos para que o processo continue atendendo às necessidades do órgão, mantendo a qualidade desejada e aproveitando o que há de melhor no mercado de impressão corporativa.

c) Como contribuição alguns pontos importantes devem ser levados em consideração a respeito da nova tecnologia de impressão a frio INK JET:

1 – Os equipamentos INK JET tem paradas para manutenção e troca de suprimentos menores que os equipamentos a LASER, com isso o custo de manutenção cai drasticamente, os equipamentos INT JET tem pouquíssimas peças de desgaste e seus suprimentos tem volumetria muito superior se comparados a tecnologia a LASER, como exemplo, os equipamentos INK JET não tem fusores, cilindros, reveladores, dentre outras tantas partes e peças de desgaste, sua tecnologia de impressão é a frio não utiliza calor, por isso menos paradas e menos consumo, como exemplo um toner de uma multifuncional HP Laser E42540 dura aproximadamente 11.000 páginas, quando comparamos a uma bolsa de tinta de uma EPSON WF-M5299 dura cerca de 40.000 páginas, dependendo do volume de impressão um equipamento INK JET EPSON passará todo contrato sem dar uma única manutenção e ou troca de suprimento, menos paradas, menos técnicos necessários, menos custo, maior produtividade;

2 – Os equipamentos INK JET reduzem em até 87% os resíduos sólidos, isso porque conforme demonstrado acima praticamente não tem peças de desgaste e quase 4 vezes a menos o número de troca de suprimentos;

3 – Em um contrato como o pretendido pelo SESC MG a redução com energia se comparado aos equipamentos LASER ou LED pode chegar a 92% a menos, estamos falando em custos reais levando em consideração 100% do parque pretendido aproximadamente 45 equipamentos para todos os lotes, em até 48 meses, gerando, redução de consumo de energia, onde o valor de contrato e serviço elétrico se torna quase intangível, ficando escondido nos custos de um contrato de impressão corporativo, é como praticamente se Comissão Permanente de Licitação do Serviço Social do Comércio – Sesc em Minas Gerais pagasse um ano de contrato com a redução de custos com energia.

Ao analisarmos o texto em questão, percebe-se que a intenção do legislador ao incorporar a tecnologia **JATO DE TINTA** (IMPRESSÃO A FRIO) no rol de possíveis tecnologias para processos de impressão corporativa não foi apenas para fazê-la constar, mas sim para garantir a sua plena e efetiva participação. Dessa forma, os entes governamentais ganharam uma tecnologia mais econômica em relação ao custo final, com menos intervenções técnicas, com suprimentos e partes com durabilidade muito maior que as apresentadas pelas antigas tecnologias LASER/LED e ainda com um consumo de energia infinitamente menor, em alguns modelos chegando a 95% de economia de energia se comparados aos equipamentos com tecnologia LASER/LED

Apenas para ilustrar, neste processo, com aproximadamente 232 equipamentos de impressões A4 e A3 color e mono, a economia de energia em 60 meses de contrato! E isso é **INTERESSE PÚBLICO** em grau máximo. Não há como ser desconsiderado.

Ainda como exemplo de economia dos equipamentos JATO DE TINTA, comparamos três modelos de impressoras com tecnologia LASER/LED e o resultado é impressionante (consumos informados nos catálogos de cada equipamento):

-MFP HP LaserJet Managed E42540 series - 525 watts

-LEXMARK MX331adn - 520 watts

-SAMSUNG M4080 - 700 watts

-EPSON - WorkForce Pro WF-M5799 23 watts

Conforme se observa, a diferença é tão absurda que seria como compararmos um chuveiro elétrico a uma lâmpada LED! O custo final obrigatoriamente deve ser levado em consideração pela Comissão da FEMAR da mesma maneira como o foi, quando os técnicos da SGD e MGI testaram e aprovaram a tecnologia para incluí-la, tanto no antigo caderno de boas práticas, como principalmente na atual Portaria SGD/MGI n o 370, de 8 de março de 2023.

Ainda na seara das vantagens em se utilizar equipamentos com a tecnologia JATO DE TINTA, vemos que sua impressão produz uma quantidade infinitamente menor de resíduos sólidos. Tal fato ocorre porque enquanto um equipamento **LASER/LED precisa de tonner, unidade fusora, cilindros, unidade de laser, dispensador de toner entre outras partes, o equipamento a JATO TINTA traz apenas bolsa de tinta, cabeça de impressão e coletor de resíduos.** Ou seja, a quantidade de material de descarte produzidos pelos equipamentos JATO DE TINTA chega ser até 80% menor, em total consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Além disso, as bolsas de tinta dos equipamentos a **JATO de TINTA** possuem rendimento muito superior aos toners utilizados na tecnologia LASER/LED. Apenas a título de comparação, um equipamento laser de 40ppms tem em média a produção de 7.000 a 10.000 páginas com cobertura de 5%, enquanto as bolsas de tinta de equipamentos similares têm durabilidade média de 40.000 páginas, com a mesma taxa de cobertura. Com isso há um ganho expressivo de produtividade, pois há menos paradas técnicas, mais disponibilidade do equipamento, menos intervenção técnica, menor custo de logístico, menor custo técnico, entre diversas outras vantagens. Ou seja, há um melhor desempenho financeiro, pois o menor custo é gritante!

Cabe informar que as peças de desgaste natural são menos atingidas, pois os equipamentos com a tecnologia JATO DE TINTA não trabalham com calor (e por isso são chamados de impressão a frio ou impressão livre de calor). E a equação é simples: menos calor é igual a menos desgaste nas peças e, portanto, menos paradas para manutenção. Neste caso, estima-se que no cenário da impressão, todos os itens acimados chegam a dar



uma diferença final de mais de 20% (vinte por cento) no total dos custos entre hardware e suprimentos.

E importante mencionar que **as informações aqui citadas foram amplamente divulgadas por diversos entes públicos e privados**, que testaram e aprovaram a robustez e toda entrega desta nova tecnologia. Como exemplo os links abaixo:

- <https://odia.ig.com.br/nova-friburgo/2023/09/6707997-troca-de-impressora-reduz-em-95oconsumo-de-enerqia-eletrica-na-prefeitura-de-nova-friburqo.html>
- <https://www.linkedin.com/in/roberta-cristina-s-freire-5a016216/recent-activitv/all/>

Vale destacar, que ***não podemos deixar de citar os vários órgãos da Administração Pública que já estão se beneficiando com a tecnologia e que podem servir como testemunhas de todas as vantagens já apresentadas: BACEN — BANCO CENTRAL DO BRASIL, PRESIDENCIA DA REPÚBLICA, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL, MPT - MINISTÉRIO PUBLICO DO TRABALHO, CASA CIVIL DO ACRE CELESC, POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO CEARÁ, PREFEITURA DE GUARAREMA, ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO, MARINHA DO BRASIL***, dentre muitos outros.

Todas as vantagens acima descritas são de vital importância, pois demonstram, indubitavelmente, que não há como deixar de fora da licitação equipamentos **com a tecnologia JATO DE TINTA**, que é o que ocorre hoje no edital que hoje impugnamos. Não pela tecnologia em si, mas sim pelos requisitos técnicos numéricos que não levam em conta as diferenças que os equipamentos de diferentes tecnologias trazem.

E para corrigir tal nulidade e permitir a participação dos diversos outros fabricantes, aumentando a concorrência e trazendo melhores propostas, seguem as alterações imprescindíveis a serem feitas no Termo de Referência do Instrumento Convocatório. São elas:

Os fabricantes com equipamentos LASER/LED, com o claro intuito de RETIRAR a



tecnologia JATO DE TINTA dos processos licitatórios, passaram a solicitar aos órgãos que incluíssem A NORMA ISO acima em seus editais. Antes do lançamento da tecnologia de impressão a frio não se via citações da norma em praticamente nenhum certame, inclusive no certame passado deste mesmo órgão. Na realidade, a inclusão da NORMA ISO tem por objetivo supervalorizar o requisito, sem qualquer relação com a necessidade específica de impressão de cada local. Inclusive, a própria Portaria SGD/MGI no 370, de 8 de março de 2023 não se utiliza de tal método para determinar o rendimento necessário, demonstrando a irregularidade em se utilizar tal régua de medição.

A Portaria acima citada traz luz ao tema que estamos colocando, conforme trazemos abaixo, em transcrição do próprio documento:

9.4. Como referência, a tabela abaixo, pode ser usada para auxiliar no dimensionamento das velocidades dos equipamentos, baseando-se na estimativa de consumo mensal levantada para cada equipamento:

Utilizamos a tabela acima levando-se em conta não só a Douta Femar, mas também a maioria dos órgãos da Administração. Neles, a maior parte dos trabalhos impressos contém de 1 a 5 páginas, não necessitando de impressoras de grande porte. Temos tal fato em razão da implementação dos sistemas eletrônicos de documentos, o que faz com que os processos já nascem digitais, diminuindo drasticamente tudo que é impresso (e digitalizado). Esta é a razão pela qual entendemos não haver nenhum sentido na utilização da Norma ISO, ainda mais nos parâmetros solicitados no Termo de Referência.

E aqui, temos mais um ponto a ser levado em conta: mesmo se levarmos em consideração a velocidade hoje solicitada (ppms pela Norma ISO, no caso de impressões de pequena monta, teríamos uma maior rapidez se utilizadas impressoras com tecnologia JATO DE TINTA. Em um teste simples, se cronometramos uma impressão de até 5 páginas feita em um equipamento de 40 ou 50PPMs LASER ou LED e a mesma impressão feita em um equipamento JATO DE TINTA de 24PPMs, o equipamento JATO TINTA terminaria primeiro o trabalho, tendo em vista que não depende de aquecimento para imprimir.

Ou seja, impressões de pequenos jobs são entregues sempre mais rápidos em



comparação as outras tecnologias, sem a de gastar mais por isso. Assim, somente seriam necessários equipamentos mais caros nos poucos locais em que haja uma demanda excepcional, não sendo necessário pagar a mais por todos o parque de impressão.

Observando-se a acertada referência trazida pela Portaria 370 e analisando-se o volume de impressão do Termo de Referência, fica claro que as velocidades para os itens monocromáticos A4 e Policromáticos A4 estão muito acima do necessário, em desconformidade com os parâmetros de economia trazidos pelas regras hoje em vigência. Não é apropriado e nem económico padronizar todo um parque por conta de situações esporádicas. Ao contrário, a padronização deverá ser observada sempre pelo prisma da economicidade.

Sendo assim deve o requisito dos equipamentos ser medido em um Range de 20 a 30ppms, não se utilizando a equivocada Norma ISO I IEC citada. Em último caso, se o Douto órgão desejar utilizá-la, que consulte os fabricantes da tecnologia JATO DE TINTA para as adequações necessárias.

IV - DO DIREITO

Em consonância com Celso Antônio B. de Mello (2004, p. 73), para o Direito Administrativo, o princípio da isonomia ou da igualdade dos administrados em face da Administração anda de mãos dadas com o princípio da impessoalidade.

Todos os dispositivos da lei de licitação ou regulamentação de um específico processo licitatório deve ser interpretado à luz do **princípio da isonomia**.

Assim é obrigação da Administração Pública não somente buscar a proposta mais vantajosa, mas também demonstrar que concedeu a todos os concorrentes a mesma oportunidade.

Postos esses fatos, em especial os que demonstram possibilidade de direcionamento da concorrência em tela, é de reconhecer o *fumus boni iuris* nas ponderações apresentadas pela Unidade Técnica. De notar que o prosseguimento do certame poderá causar prejuízos ao Erário, haja visto que, em princípio, o edital não observa os princípios da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e da



isonomia entre os licitantes, uma vez que há indícios de favorecimento a tecnologia LASER, ou melhor cerceamento da TECNOLIGA JATO.

(Decisão 819/2000 – Plenário) “Assim, em suma, observamos que não foram suficientemente ilididos os questionamentos em tela, podendo-se concluir pela responsabilidade da presidente (como de todos os membros) da CLP, por agir de forma ao menos omissiva, permitindo que houvesse o direcionamento, os sobrepreços e o favorecimento questionados. Por isso, sujeita-se a responsável à multa prevista no art. 43, parágrafo único, da Lei nº 8.443/92, na proporção, opinamos, de 15% (RI-TCU, art. 220, inc. III).” (ACÓRDÃO Nº 105/2000 – TCU – Plenário AC-0105-20/00-P)

Conforme ensina Hely Lopes Meirelles (Direito Administrativo Brasileiro, 28a ed., Malheiros, p. 264) “O descumprimento dos princípios descaracteriza o instituto da licitação e, principalmente, o resultado seletivo na busca da melhor proposta para o poder público.”

Como é cediço, o objetivo da licitação é possibilitar a participação do maior número de licitantes em todo território nacional, como forma de fomentar a competitividade, em busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Dessa forma, o Edital deve estabelecer o serviço que efetivamente será executado em custo, promovendo o **Princípio da Livre Concorrência**.

Assim, deve o Certame ser provido de modo que o maior número possível de licitantes participe, razão pela qual sugerem-se as devidas alterações para que sejam revistas as especificações definidas, promovendo o certame de forma competitiva e isonômica entre os licitantes, ampliando a competitividade e reduzindo significativamente a probabilidade de vitória de uma proposta e custo equânime ao ofertado pelo mercado.

Ademais, considerando tal exigência como desproporcional e desarrazoada, certo



de que a sua manutenção, nos seus exatos termos, restringiria o princípio da competitividade consagrado por nossa Carta Magna ao tratar da matéria de licitação, é que devem ser revistas as especificações.

Ainda, consoante assegura nossa Constituição Federal em seu artigo 37, XXI:

Art. 37, XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Desta forma, salienta-se que o intuito da presente impugnação é sugerir melhorias ao edital convocatório, de modo a atender o melhor interesse da Administração Pública através da revisão conceitual e da compreensão, mediante alteração dos termos estabelecidos no edital e em seus anexos ou, em última hipótese, que seja encaminhada a presente impugnação para a instância competente para análise técnica dos argumentos trazidos, reforçando os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e o princípio da finalidade.

V – DO PEDIDO

Conforme explicitado, com sua devida fundamentação, o presente documento impugnatório tem a estrutura necessária para apontar a deslisura do referido processo.

Cabe a Administração **ADEQUAR** o processo de acordo com a **LEI VIGENTE**, além de ser fiel às determinações dos Tribunais de Contas e demais entidades norteadoras, que possuem atribuições e competências suficientes para examinar todo e qualquer edital lançado pela Administração. O norte traçado pela LEI pelos Tribunais torna-se **INALTERÁVEL**, por força do Princípio da Segurança Jurídica, base mesma do Estado Democrático de Direito.

Em vista das exigências restringirem de forma arguta toda probidade competitiva do processo licitatório, aguardamos o recebimento, análise e deferimento desta tempestiva impugnação, resultando na **SUSPENSÃO IMEDIATA** do referido processo, podendo posteriormente recuperar todas as características essenciais e primordiais a disputa, possibilitando a participação de empresas que foram prejudicadas ao se depararem com



tais exigências **INAPROPRIADAS e ILEGAIS**.

Aproveitamos para reiterarmos os pedidos de:

a) Readequação das especificações técnicas (Equipamentos e Solução) de modo retirar as especificações de eficiência máxima e a ampliar a competitividade e escoimar os vícios de direcionamento do presente instrumento convocatório, conforme devidamente fundamentado neste pleito;

b) Apresentar modelos referenciais utilizados para a elaboração das especificações técnicas em patamares mínimos para o projeto básico com no mínimo 03 (três) fabricantes no mercado que atendam às especificações solicitadas.

c) Demais adequações.

d) A suspensão imediata do certame para sua readequação de modo a restituir a lisura do processo;

Aguardamos que respeitem com louvor os princípios primordiais ao bom andamento do processo licitatório.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Osasco, 29 de fevereiro de 2024

GP EMISSÃO INSTANTÂNEA E GESTÃO DE DOCUMENTOS LTDA